

OS SINAIS DE PONTUAÇÃO NA DELIMITAÇÃO DO PERÍODO E AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO PARA ALÉM DA GRAMÁTICA NORMATIVA

Deyse Souza Alves*

Elizangela Vasconcelos Rabelo de Assis**

RESUMO

Este trabalho é fruto de discussões realizadas nas aulas de Gramática, Variação e Ensino, com a turma 7 do Mestrado Profissional em Letras- ProfLetras/UFU, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana Cristina Cristianini. Nele apresentamos considerações acerca do uso dos sinais de pontuação na delimitação do período e discorremos sobre as relações de predicação de acordo com gramáticas normativas, descritivas/ reflexivas, artigos científicos e BNCC (BRASIL. 2018). Nosso objetivo é levar o professor a perceber as diferentes abordagens possíveis para um mesmo fenômeno gramatical, de modo que, a partir dessa percepção, o docente possa refletir sobre sua prática pedagógica e contribuir na formação de cidadãos críticos da sua própria língua, os quais precisam saber usá-la em diferentes situações. Nosso aporte teórico é Cunha e Cintra (2001), Bechara (2009), Castilho (1994), Faraco (2008), Neves (2011), Oliveira e Araújo (2018), Perini (2005) e Prestes (2020). Nossa metodologia de pesquisa foi qualitativa de revisão bibliográfica. Ao final, consideramos que é de fundamental importância ao professor conhecer e se apoiar em diferentes teóricos, para que construa uma visão mais global dos fenômenos linguísticos e possa, a partir disso, desenvolver um ensino reflexivo junto aos seus alunos.

Palavras-chave: Pontuação. Período. Predicação.

1 INTRODUÇÃO

Um grande desafio (ou talvez o maior) no ensino da língua materna é fazer com que os estudantes produzam textos cujas ideias estejam bem interligadas, com clareza. Há um esforço dos professores em elucidar aspectos morfosintáticos e semânticos relacionados ao uso da língua. Em decorrência disso, muitas são as habilidades necessárias para uma produção textual que atenda às demandas sociais que exigem o domínio da norma culta da língua, como os vestibulares e concursos, por exemplo. Todavia, outras variáveis e situações comunicativas próprias do cotidiano também seguem algum tipo de “norma” e demandam uma certa “organização” a fim de que sejam compreendidas tal como a pretensão do falante. Nessa perspectiva, trataremos aqui, particularmente, a respeito das relações entre “Pontuação e gramática: delimitação do

* Professora de Língua Portuguesa das redes pública e particular de educação básica e superior. Mestrado Profissional em Letras concluído em 2023. Contato: deyse.alves@ufu.br

** Professora de Língua Portuguesa na educação básica. Contato: elizangela.assis@ufu.br
Cadernos da Fucamp, v.22, n.57, p.32-60/2023

período e predicação”, tema discutido nas aulas de Gramática, Variação e Ensino, ao longo do segundo semestre de 2021, no Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana Cristina Cristianini.

Para começo de conversa, convidamos a uma reflexão sobre como podemos pontuar o texto abaixo de forma coerente:

O FAZENDEIRO TEM O CAVALO E A MÃE DO FAZENDEIRO É
TAMBÉM O PAI DO CAVALO

Ao lançarmos o desafio acima (inclusive para docentes), observamos que alguns conseguem pontuar de forma mais rápida, outros demandam um tempo maior e há aqueles que só conseguem apreender o sentido quando apresentamos as possibilidades a seguir:

O FAZENDEIRO TEM O CAVALO E A MÃE. DO FAZENDEIRO É
TAMBÉM O PAI DO CAVALO.

O FAZENDEIRO TEM O CAVALO E A MÃE; DO FAZENDEIRO É
TAMBÉM O PAI DO CAVALO.

Percebamos que o emprego do ponto final ou do ponto e vírgula após a palavra “mãe” (que sugere uma pausa longa) é fulcral para a compreensão de que o fazendeiro possui três animais: o cavalo, o pai e a mãe do cavalo.

Para centralizar nosso objeto de estudo, focamos no uso de dois sinais de pontuação: o ponto final e a vírgula, que são os mais recorrentes na delimitação dos períodos e das orações. Para isso, apresentamos o tratamento conceitual do período, do predicado, dos usos da vírgula e do ponto final para delimitar períodos a partir de considerações registradas nas gramáticas normativas de Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009), nas gramáticas descritivas/ reflexivas de Perini (2005) e Neves (2011), além de nos apoiarmos em Castilho (1994) e Prestes (2020) para refletirmos acerca de apontamentos da BNCC (Brasil, 2018) e de Oliveira e Araújo (2018).

A partir dos referenciais citados acima, preparamos uma proposta didática na qual pretendemos colaborar com outros professores na condução do trabalho com o ensino da

gramática, pois percebemos que, apesar da contribuição de cada teoria, há pontos comuns e divergentes entre os autores apresentados na fundamentação teórica. O nosso objetivo é, dessa forma, levar o professor a perceber as diferentes abordagens possíveis para um mesmo fenômeno gramatical, de modo que, a partir dessa percepção, o docente possa refletir sobre sua prática pedagógica e contribuir na formação de cidadãos críticos da sua própria língua, os quais precisam saber usá-la em diferentes situações.

Esperamos, com isso, suscitar o rompimento com o ensino da língua materna a partir de regras decoradas e pouco práticas. Acreditamos também que não devemos usar o texto como pretexto para o ensino de questões puramente gramaticais, visto que pensamos competir ao professor, por exemplo, demonstrar a importância da pontuação dentro do período para a construção do sentido do texto. Nessa visão, preparamos diversas atividades que levam à reflexão sobre o conhecimento dos fenômenos linguísticos, tal qual o exemplo abaixo, em que a mudança da posição da vírgula compromete a



compreensão da placa de trânsito apresentada a seguir:

Figura 1:

Fonte: <http://www.pesquisa.la/wiki/V%C3%ADrgula>. Acesso em 27 nov. 2021

Notemos que, caso a vírgula seja colocada após a palavra “não”, o imperativo da placa passaria a ordenar que o pedestre não fosse respeitado, o que, provavelmente, não condiz com a intenção comunicativa de quem criou essa placa.

Ademais, consideramos ser imprescindível também que o professor conheça e categorize as particularidades das gramáticas descritivas e normativas, detalhadas no corpo deste trabalho. Sobre isso, Bechara (2009, p. 52) pontua que:

A gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser *descritiva*, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico).

Cabe tão somente à gramática descritiva registrar como se diz numa língua funcional.

Por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado no nível do saber elocutivo, do saber idiomático e do saber expressivo.

(...)

Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social.

A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.

Assim, percebemos que cada autor discorre sob uma perspectiva e a nós, estudiosos dos fenômenos linguísticos, cabe compreender as diversas possibilidades de abordarmos uma determinada ocorrência a fim de desenvolvermos um ensino reflexivo com nossos estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quando falamos acerca de regras linguísticas, de pontuação, por exemplo, geralmente lembramos da gramática normativa e, nessa perspectiva, muitas vezes, temos a consideração errônea de que as concepções apresentadas por um determinado autor são as únicas aceitáveis para uma dada situação linguística. Sobre isso, Barbosa (2011, p. 39-40) aponta que:

Nossa sociedade não elegeu nem convocou um grupo específico. Vivemos da tradição de algumas grandes gramáticas consagradas no século XX. Por isso, o conjunto de regras do padrão expresso pela gramática tradicional não é um conjunto nem uniforme, nem imutável, nem fechado. Os próprios gramáticos entram em conflito apresentando regras contraditórias.

Consideramos importante fazer essa reflexão no início de nossa discussão teórica, porque apresentaremos aqui a forma como a pontuação na delimitação do período e as relações de predicação aparecem em diferentes gramáticas e materiais didáticos.

2.1 A PONTUAÇÃO NA DELIMITAÇÃO DO PERÍODO E AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO EM CUNHA E CINTRA (2001) E BECHARA (2009)

Para iniciarmos nossa discussão teórica sobre a forma como o uso dos sinais de pontuação para delimitar período e sobre como as relações de predicação são vistas por diferentes gramáticos, trataremos neste tópico dos apontamentos feitos por gramáticas consideradas normativas: Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009). Nas obras desses autores encontramos o sumário organizado da seguinte forma:

Na Nova Gramática do Português Contemporâneo de Cunha e Cintra (2001), temos 22 capítulos organizados desde os conceitos gerais acerca de língua, linguagem e discurso, passando por breve reflexão sobre as variedades do português¹ até chegar a capítulos relacionados à fonética e fonologia; ortografia; classe, estrutura e formação de palavras; derivação e composição; frase, oração e período; substantivo; artigo; adjetivo; pronomes; numerais; verbo; advérbio; preposição; conjunção; interjeição; o período e sua construção; figuras de sintaxe; discurso direto, indireto e indireto livre; pontuação e noções de versificação.

Percebemos com essa organização que há um fracionamento do acesso ao conhecimento linguístico, visto que, se um pesquisador desejar saber sobre pontuação, como é o nosso caso, por exemplo, ele poderá recorrer à parte específica da obra de Cunha e Cintra (2001) e encontrará informações sobre esse tema. Situação não muito diferente da organização que Bechara (2009) faz na 37ª edição de sua gramática. Vejamos:

A Moderna Gramática Portuguesa (Bechara, 2009) nos traz um sumário organizado nas seguintes partes: Introdução, na qual são abordadas considerações a respeito da linguagem, da história e da funcionalidade da língua, do sistema e da norma linguística, das propriedades dos estratos gramaticais e dos dialetos. A seguir, são apresentados os capítulos de fonética e fonologia, gramática descritiva e normativa, pontuação, noções elementares de estilística e noções elementares de versificação. Dentro de cada um desses, há várias subdivisões relacionadas ao tema geral de cada capítulo.

Vemos que a obra de Bechara (2009) também fraciona o acesso ao conhecimento linguístico, o que possibilita ao leitor encontrar o item sobre o qual deseja pesquisar a partir de uma consulta ao sumário.

Por essas considerações, vemos que a temática da pontuação recebe uma atenção especial por parte dos autores das duas obras analisadas, pois em ambos os casos há um

¹ Nessa parte, Cunha e Cintra (2001) falam um pouco sobre os dialetos do português europeu, das ilhas atlânticas e do Brasil.

capítulo destinado a discutir sobre o uso dos sinais de pontuação. Já os apontamentos acerca da noção de período e da predicação aparecem em Cunha e Cintra (2001) no capítulo 7, intitulado “Frase, oração e período” e em Bechara (2009) no capítulo 2 “Gramática descritiva e normativa”, especificamente no item C “Estrutura do enunciado ou período. A oração e a frase”.

Sabendo dessa organização, vejamos como cada um desses autores aborda o conceito de período, o que dizem sobre a predicação e como trazem as regras relacionadas ao uso dos sinais de pontuação.

2.1.1 A abordagem conceitual de período em Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009)

Quando pesquisamos sobre o conceito de período em Cunha e Cintra (2001), percebemos que esses autores, antes de apresentar esse tópico, mostram o que é frase e o que é oração². Para isso, eles partem de conceitos e exemplos que visam a elucidar para o leitor a diferença entre esses dois aspectos. A partir de então, é apresentado o seguinte:

1. Período é a frase organizada em oração ou orações. Pode ser:

a) Simples, quando constituído de uma só oração:

Cai o crepúsculo.

(Da Costa e Silva, PC, 281).

(...)

b) Composto, quando formado de duas ou mais orações:

Não bulia uma folha,/ não cintilava um luzeiro.

(A. Ribeiro, ES, 211)

(...)

2. O período termina sempre por uma pausa bem definida, que se marca na escrita com ponto, ponto de exclamação, ponto de interrogação, reticências e, algumas vezes, com dois pontos. (Cunha; Cintra, 2001, p. 121-122)

Podemos verificar que Cunha e Cintra (2001) relacionam o conceito de período ao uso dos sinais de pontuação, afirmando que esse tópico nunca termina sem uma interrupção bem demarcada. Sobre esse quesito, Bechara (2009, p. 406) nos traz que:

Toda a manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói com uma sequência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que se lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamado curva de entoação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego da maiúscula inicial:

² Como não é o foco deste trabalho, optamos por não trazer ao leitor esses conceitos.

O galo- da- campina ergue a poupa escarlate fora do ninho.

A esta unidade linguística que faz referência a uma experiência comunicativa e que deve ser aceita e depreendida cabalmente pelo nosso interlocutor se dá o nome de *enunciado* ou *período*.

Após essas considerações acerca do período, Bechara (2009) continua a discorrer sobre o que ele chama de enunciado ou período, afirmando que esse pode aparecer de diversas formas, as quais, por mais variadas que sejam, apresentam aspectos comuns. Segundo o autor:

- a) são mensagens completas e de acordo com a situação em que se acham falante e ouvinte;
- b) são unidades sequenciais delimitadas por um silêncio precedente a ele e uma pausa final;
- c) são proferidos com um contorno melódico particular. (Bechara, 2009, p. 406-407)

É possível verificarmos um contraste entre o conceito de período trazido por Cunha e Cintra (2001) e o apresentado por Bechara (2009), visto que os primeiros autores se atêm a uma explicação de ordem estrutural, sem comentar sobre o silêncio precedente e a melodia trazidos pelo segundo teórico em sua concepção, para quem essa entonação é tão importante que é considerada “significante ou expressão material que evoca a modalidade de intenção comunicativa do enunciado que o falante quer transmitir ao seu interlocutor” (Bechara, 2009, p. 407)

Na sequência, Bechara (2009) discorre sobre as concepções de oração e frase³, em que o primeiro seria o enunciado (compreendemos também como período) cuja estrutura seria a mais adequada para a análise de cunho gramatical. Isso porque, segundo esse autor, é na oração “que se alicerça, portanto, a gramática” (Bechara, 2009, p. 407), ou seja, as análises de cunho gramatical se apoiam em estruturas de enunciados oracionais para acontecer.

Percebemos, dessa forma, que a sequência de apresentação de conceitos também é divergente entre os autores das duas gramáticas analisadas, visto que Cunha e Cintra (2001) partem do conceito de frase e oração para chegarem ao período. Bechara (2009), por sua vez, faz o caminho inverso, ao principiar seus apontamentos pelo conceito de enunciado ou período e, só depois, discorrer acerca do que considera oração e frase.

³ Novamente, salientamos que, como não é o foco deste trabalho, optamos por não trazer ao leitor esses conceitos.

2.1.2 A abordagem conceitual de predicação em Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009)

Sobre as relações de predicação, em Cunha e Cintra (2001), vemos que os autores primeiro tecem falas acerca dos tipos de predicado e da transitividade verbal. Após essas considerações, é trazido um tópico intitulado “Variabilidade da predicação verbal”, no qual encontramos o seguinte:

A análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, ora com objeto direto, ora com objeto indireto.

Comparem-se estes exemplos:

Perdoai sempre. [=intransitivo]

Perdoai as ofensas. [=transitivo direto]

Perdoai aos inimigos. [=transitivo indireto]

Perdoai as ofensas aos inimigos. [=transitivo direto e indireto]

Por que sonhas, ó jovem poeta? [=intransitivo]

Sonhei um sonho guinholesco. [=transitivo direto] (Cunha; Cintra, 2001, p. 138)

A partir disso, podemos dizer que, para Cunha e Cintra (2001), a predicação verbal está relacionada ao contexto em que o verbo foi empregado, visto que, conforme os exemplos apresentados, um verbo pode ser considerado intransitivo “a ação não vai além do verbo” (Cunha; Cintra, 2001, p. 135) em uma situação e transitivo em outra “o processo verbal não está integralmente contido nele, mas se transmite a outros elementos verbais” (Cunha; Cintra, 2001, p. 136), ou seja, para esses autores, a predicação dos verbos está ligada a um processo de significação.

Já em Bechara (2009), encontramos considerações acerca do predicado e do significado lexical⁴ dos verbos. A partir dessa consideração, o autor fala sobre a transitividade verbal.

Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos que delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da extensão semântica do verbo, verdadeiros delimitadores semânticos verbais, se chamam *argumentos* ou *complementos verbais*.

⁴ Consideramos importante mostrar o que Bechara (2009) considera como significado lexical. Para ele, esse significado “aponta para o que se aprende do mundo extralinguístico mediante a linguagem. Assim, em amor, amante, amar, amavelmente o significado léxico é comum a todas as palavras da série.” (BECHARA, 2009, p. 54)

Os verbos que necessitam dessa delimitação semântica recebem o nome de *transitivos*:

O porteiro viu o *automóvel*.

Eles precisam *de socorro*. (Bechara, 2009, p. 414- 415)

Nesse trecho vemos Bechara (2009) conceituar aquilo que Cunha e Cintra (2001) chamaram de verbos transitivos. Notemos que neste caso o autor fala em “delimitação semântica”, novamente nos levando a entender que o processo de predicação verbal está relacionado ao campo do significado.

Na sequência, Bechara (2009, p. 415) postula sobre a intransitividade verbal. Para ele:

Os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos léxicos, como fazem os que integram predicados complexos. Dizemos então que o predicado é *simples*. A tradição gramatical chama *intransitivos* a tais verbos.

Ela não trabalha.

Nesse caso, percebemos que Bechara (2009) relaciona a intransitividade verbal a um significado lexical de realidades não apenas concretas, mas bem concretas, de modo a não se deixar dúvidas sobre o sentido desses verbos. Aqui, mais uma vez temos a predicação verbal atrelada ao campo significativo.

2.1.3 A pontuação na delimitação do período e na predicação em Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009)

Após discorrermos sobre as visões de Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009) acerca do conceito de período e de predicação, partimos para a análise de como esses autores abordam as regras de pontuação na delimitação do período. Sabemos que são diversos os sinais de pontuação existentes, contudo, nossa opção neste trabalho será apresentar a visão desses autores sobre dois sinais específicos: a vírgula e o ponto, uma vez que são esses dois sinais que, segundo os autores pesquisados, podem ou não aparecer para demarcar o período e a predicação.

Em Cunha e Cintra (2001), encontramos considerações referentes à pontuação no capítulo 21, no qual os autores principiam sua fala mostrando que existem sinais pausais e melódicos. Para eles, os dois sinais sobre os quais discutiremos neste trabalho, juntamente com o ponto- e vírgula, “... fundamentalmente, se destinam a marcar as pausas” (Cunha; Cintra, 2001, p. 643).

A partir daí, esses autores discorrem a respeito da vírgula, destacando seis situações gerais de seu uso, as quais são detalhadas ao longo da gramática. Neste trabalho, selecionamos os apontamentos mais atrelados à nossa temática. Vejamos:

A vírgula marca uma pausa de pequena duração. Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período.

(...)

Entre orações, emprega-se a vírgula:

1- Para separar as orações coordenadas assindéticas:

(...)

Pois eu caçava, visgava, alçapava. (Luandino Vieira, JV, 74.)

(...)

2- Para separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção e:

(...)

Não comas, que o tempo é chegado. (J. Saramago, MC, 356.)

(...)

3- Para isolar as orações intercaladas:

Se o alienista tem razão, disse eu comigo, não haverá muito que lastimar o Quincas Borba. (Machado de Assis, OC, I, 546.)

(...)

4- Para isolar as orações subordinadas adjetivas explicativas:

(...)

Eu, que tinha ido ensinar, agora me via diante de trinta examinadores. (Genolino Amado, RP, 24.)

(...)

5- Para separar as orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal:

Quando se levantou, os seus olhos tinham uma fria determinação. (F. Namora, NM, 243.)

(...)

6- Para separar as orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de participípio, quando equivalentes a orações adverbiais:

(...)

Fatigado, ia dormir. (Lima Barreto, TFPQ, 279.)”

(...)

“os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados por vírgula. Essa é a razão por que não é admissível o uso da vírgula entre uma oração subordinada substantiva e a sua principal. (Cunha; Cintra, 2001, p. 644-650)

Percebemos que as considerações elencadas anteriormente reforçam o uso da vírgula em relação a princípios sintáticos, sempre a partir de exemplos oracionais, o que ratifica aquilo que Bechara (2009) nos disse sobre as análises gramaticais se apoiarem em estruturas de orações.

Já sobre o uso do ponto, Cunha e Cintra (2001) nos mostram que:

1- O *ponto* assinala a pausa máxima da voz depois de um grupo fônico de final descendente.

Emprega-se, pois, fundamentalmente, para indicar o término de uma *oração declarativa*, seja ela absoluta, seja a derradeira de um período composto.

(...)

2- Quando os períodos (simples ou compostos) se encadeiam pelos pensamentos que expressam, sucedem-se uns aos outros na mesma linha. Diz-se, neste caso, que estão separados por um *ponto simples*.

(...)

3- Quando se passa de um grupo a outro grupo de ideias, costuma-se marcar a transposição com um maior repouso da voz, o que, na escrita, se representa pelo *ponto-parágrafo*.

(...)

4- Ao ponto que encerra um enunciado escrito dá-se o nome de *ponto-final*. (Cunha; Cintra, 2001, p. 650-652)

Vemos nessa situação que para esses estudiosos há quatro ocorrências básicas para o uso do ponto, as quais acontecem desde a questão fônica até o encerramento de um período ou enunciado, permitindo ao ponto receber diversos nomes conforme a situação de uso.

Já em Bechara (2009), encontramos considerações a respeito da pontuação no capítulo três, o qual é iniciado por uma breve historicização do estudo dos sinais que utilizamos para pontuar nossos textos. Em seguida, o autor afirma que a pontuação possui três domínios de função:

a) pontuação de palavras (espaços em branco; maiúsculas iniciais; ponto abreviativo; traço de união; hífen ou traço de separação; apóstrofo; sublinhado; itálico).

b) a pontuação sintática e comunicativa (a pontuação propriamente dita e objeto deste capítulo).

c) a pontuação do texto. (Bechara, 2009, p. 605)

Em Bechara (2009) verificamos também uma breve reflexão acerca da relação entre o uso da pontuação e a compreensão do texto. Para ele

O enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação, que já vêm sendo empregados desde muito tempo, procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. Por isso, uma pontuação errônea produz efeitos desastrosos à comunicação quanto ao desconhecimento dessa solidariedade a que nos referimos. (Bechara, 2009, p. 606)

Ressaltamos que essa reflexão trazida por Bechara (2009) não foi encontrada em Cunha e Cintra (2001), provavelmente pela natureza das duas gramáticas que, embora sejam consideradas normativas, diferem quanto a algumas considerações acerca de fenômenos linguísticos, por exemplo, no caso da pontuação. Isso porque, ao passo que os autores da Nova Gramática do Português Contemporâneo postulam 6 regras gerais de uso da vírgula, cada qual com seus detalhamentos, na Moderna Gramática Portuguesa encontramos 16 casos para empregá-la. É claro que os apontamentos feitos pelas duas obras são semelhantes, já que se tratam de normas da língua, porém, percebemos na segunda obra um viés normativo com traços de reflexão não encontrados na primeira.

Selecionamos a seguir algumas regras de uso da vírgula trazidas por Bechara (2009, p. 609-610), as quais estão relacionadas ao nosso tema neste trabalho:

b) para separar orações coordenadas aditivas ainda que sejam iniciadas pela conjunção e, proferidas com pausa.

“Gostava muito de nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quanta podia obter.” [CL.1, I, 53]

(...)

e) para separar, em geral, os pleonasmos, e as repetições (quando não têm efeito superlativamente).

(...)

A casa é linda, linda.

h) para separar, quase sempre, as orações adjetivas restritivas de certa extensão, principalmente quando os verbos de duas orações diferentes se juntam:

(...)

Os que falam em matérias que não entendem, parecem fazer gala da sua própria ignorância [MM].

(...)

j) para separar, em geral, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que vêm antes ou no meio da sua principal:

“Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta...”[MA. 1, 185]

(...)

n) para indicar, às vezes, a elipse do verbo:

Ele sai agora: eu, logo mais.

Destacamos que, no trecho citado, o autor em questão modaliza algumas regras por meio do uso de expressões como “quase sempre”, “em geral”, “às vezes”, o que indica para nós leitores que, apesar de essas considerações serem de casos de emprego da vírgula, nem sempre a pontuação acontecerá da forma indicada pelo gramático. Essa situação é semelhante à encontrada em Cunha e Cintra (2001), quando esses autores utilizaram as expressões “principalmente” e “salvo” para modalizarem algumas regras. A ocorrência desses modalizadores nos leva a inferir que os gramáticos em estudo concordam que a pontuação está diretamente relacionada à compreensão textual, tal como ressaltamos anteriormente e apresentamos na introdução deste nosso trabalho.

Acerca do uso do ponto, em Bechara (2009, p. 606-607) encontramos os seguintes apontamentos:

O ponto final, que é dos sinais o que denota maior pausa, serve para encerrar períodos que terminem por qualquer tipo de oração que não seja a interrogativa direta, a exclamativa e as reticências.

(...)

Com frequência, aproxima-se das funções do ponto e vírgula e do travessão, que às vezes aparecem em seu lugar.

Ponto parágrafo- Um grupo de períodos cujas orações se prendem pelo mesmo centro de interesse é separado por ponto. Quando se passa de um para outro centro de interesse, impõe-se-nos o emprego do ponto parágrafo iniciando-se a escrever, na outra linha, com a mesma distância da margem com que começamos o escrito.

Percebemos que, assim como em Cunha e Cintra (2001), Bechara (2009) destaca a função do ponto final para encerrar orações⁵ e menciona a ocorrência do ponto parágrafo quando precisamos terminar um grupo de ideias para iniciar outro.

Terminada a discussão sobre o uso dos sinais de pontuação para delimitar período e as relações de predicação nas duas gramáticas normativas escolhidas para esse propósito, apresentaremos a seguir como esses mesmos fenômenos aparecem em gramáticas consideradas descritivas/ reflexivas.

2.2 A PONTUAÇÃO NA DELIMITAÇÃO DO PERÍODO E AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO EM PERINI (2005) E NEVES (2011)

Ao observarmos as obras de Perini (2005) e Neves (2011), percebemos que cada uma delas nos traz uma organização diferente em relação à forma de apresentação dos fenômenos linguísticos. Vejamos:

Perini (2005) nos traz um texto dividido em quatro partes, a saber: preliminares, na qual encontramos considerações acerca de conceitos indispensáveis à análise linguística; sintaxe; semântica e lexicologia. Ao final, o autor acrescenta um tópico intitulado “quadros”, no qual são discutidas algumas questões emblemáticas de análise gramatical, como as referências pronominais.

Neves (2011), por sua vez, nos apresenta uma gramática também dividida em quatro partes: a formação básica das predicações: o predicado, os argumentos e os

⁵ Entendemos aqui, por razões já mencionadas neste trabalho, que, nesse caso, a palavra oração pode ser entendida como período ou enunciado, dada a diversidade com que os fenômenos linguísticos são tratados por diferentes teóricos.

satélites, na qual encontramos discussões sobre o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio, as conjunções integrantes, as orações substantivas, os pronomes relativos e as orações adjetivas; a referenciação situacional e textual: as palavras fóricas, momento em que a autora discorre a respeito do artigo definido e dos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos; a quantificação e a indefinição, onde são apresentadas considerações acerca do artigo indefinido, do pronome indefinido e dos numerais e, por último, a junção, na qual são apresentadas as preposições e as conjunções.

A nos pautar por essa organização, encontramos em Perini (2005) considerações acerca de período, predicação e pontuação na parte dois, dentro das discussões sobre os aspectos sintáticos da língua. Em Neves (2011), as considerações a respeito do período aparecem diluídas ao longo da obra, assim como algumas sugestões de ordenamento linguístico que exigem o uso de sinais de pontuação.

Diante disso, percebemos que, ao contrário das duas gramáticas normativas analisadas anteriormente, em Perini (2005) e em Neves (2011) os fenômenos linguísticos são descritos em sua amplitude e complexidade, numa visão mais global de uso da língua. Pautando-nos por essa consideração, apresentaremos a seguir algumas ocorrências de nossa temática nas duas gramáticas descritivas/ reflexivas em questão.

2.2.1 A abordagem conceitual de período em Perini (2005) e Neves (2011)

Logo no início da segunda parte de sua gramática, Perini (2005, p. 62) discorre a respeito do conceito de período da seguinte forma:

Tradicionalmente, emprega-se também a designação período para as orações que constituem uma única frase. Assim, em
(3) *Vá à padaria e traga oito pãezinhos*.
há duas orações a saber: (a) *vá à padaria*, (b) *traga oito pãezinhos*. Além disso, há ainda uma terceira oração que compreende as duas mencionadas, mais a palavra *e*, ou seja, essa terceira oração é a íntegra de (3). Como se vê, a terceira oração é coextensiva com a própria frase e seria, portanto, um período. Não vejo inconveniente nessa nomenclatura, desde que fique claro que **um período é sempre uma oração**. (...) Naturalmente, nem toda oração é um período, já que muitas orações não são coextensivas com a frase de que fazem parte, por exemplo, *vá à padaria em (3)* é uma oração, mas não um período.

Interessante notar que nesse trecho, o gramático relaciona o conceito de período ao conceito de oração e faz uma ressalva sobre o fato de que o primeiro sempre será correspondente ao segundo, mas o contrário não é verdadeiro, posto que uma oração nem sempre corresponderá de forma coextensiva a uma frase.

Em Moura Neves (2011), conforme dissemos anteriormente, o conceito de período não é encontrado de forma isolada no texto, uma vez que essa autora trabalha os usos da língua portuguesa e, dessa forma, são apresentadas considerações sobre o que é período ao longo das páginas da obra, como, por exemplo, em: “A construção **temporal** expressa por um **período composto** é constituída pelo conjunto de uma **oração nuclear**, ou **principal**, e uma **temporal**.” (Neves, 2011, p. 787)

Observando atentamente esse trecho, podemos vislumbrar a visão macro da língua tida pela autora, ao relacionar o conceito de período composto à ocorrência de orações principais (nucleares) e temporais.

2.2.2 A abordagem conceitual de predicação em Perini (2005) e Neves (2011)

Quando averiguamos as abordagens feitas por Perini (2005) e Neves (2011) a respeito da predicação, encontramos um aspecto interessante no primeiro teórico:

Em outro local, o mesmo autor afirma que a predicação (= transitividade) é um “fato sintático” (p. 30); mas creio que para ele o termo “sintático” não exclui fatores ligados ao significado, de modo que não há necessariamente contradição entre essas duas passagens. Mas, se delinear os “sintaxe” e “semântica” da maneira como se faz neste trabalho (e na linguística moderna em geral), teremos de dizer que a maioria dos gramáticos coloca os fenômenos de transitividade no domínio da semântica. Isso equivale à hipótese de que as possibilidades de ocorrência dos diversos complementos de um verbo seriam previsíveis, pelo menos em grande parte, a partir da semântica desse verbo. Consequentemente, seria redundante formular essas possibilidades dentro da sintaxe.

A concepção de transitividade aqui adotada é puramente sintática: lança mão das funções sintáticas “objeto direto”, “adjunto circunstancial”, “complemento do predicado” e “predicativo”, que foram definidas formalmente em 3.2., e marca cada verbo sem referir-se a traços de seu significado. No entanto, isso não significa que a transitividade de um verbo não possua correlato semântico algum, pode-se argumentar que, se *comer* admite objeto direto, isso é derivado do fato de que exprime uma ação que envolve um paciente (uma “coisa comida”).

(...)

Conclui-se que é preciso incluir na descrição gramatical a transitividade como fenômeno formal (sintático). (Perini, 2005, p. 168-170)

Vemos por esse trecho que, para Perini (2005), a predicação de um verbo está relacionada a fatores semânticos e sintáticos, de modo que um não elimina ou diminui o outro, posto que esses eventos não se contradizem, mas se completam.

Já em Neves (2011), verificamos o seguinte comentário sobre a predicação:

Os **verbos**, em geral, constituem os **predicados** das **orações**. Os **predicados** designam as propriedades ou relações que estão na base das **predicações** que se formam quando eles se constroem com os seus **argumentos** (os **participantes** da relação prediativa) e com os demais elementos do enunciado.

A **predicação** constitui, pois, o resultado da aplicação de um certo número de termos (que designam entidades) a um **predicado** (que designa propriedades ou relações). A construção de uma **oração** requer, portanto, antes de mais nada, um **predicado** representado basicamente pela categoria **verbo**, ou, ainda, pela categoria **adjetivo** (construído com um **verbo de ligação**). (Neves, 2011, p. 25)

A partir da leitura do excerto anterior, vemos que Neves (2011) principia sua fala sobre o verbo a refletir acerca da natureza dessa categoria gramatical e relaciona a predicação verbal ao uso de termos para designar determinado verbo, sem mencionar se a predicação seria um aspecto sintático e/ou semântico.

2.2.3 A pontuação na delimitação do período e na predicação em Perini (2005) e Neves (2011)

Tecidas nossas considerações a respeito de como as duas gramáticas descritivas/reflexivas aqui mencionadas abordam os conceitos de período e predicação, discorreremos agora acerca da abordagem que Perini (2005) e Neves (2011) fazem sobre o uso dos sinais de pontuação.

No primeiro caso, percebemos que o autor traz alguns apontamentos sobre o uso dos sinais de pontuação em alguns tipos de oração. Contabilizamos em Perini (2005) 16 comentários recomendando ou não o uso da vírgula em algumas situações. Sobre o ponto final, encontramos a seguinte afirmação: “...na escrita a frase é delimitada por uma maiúscula no interior e por certos sinais de pontuação (.!?...) no final.” (Perini, 2005, p. 61).

Por sua vez, Neves (2011) sugere uma reflexão sobre o ordenamento dos elementos linguísticos e cita o uso dos sinais de pontuação em “As **orações completivas** podem ser, ainda, **apositivas**, isto é, podem funcionar como **aposto** de um termo da **oração principal**. Trata-se, em geral, de um **aposto explicativo**, que vem separado por **vírgula** ou por **dois-pontos**.” (Neves, 2011, p. 338)

Podemos afirmar que ambos autores não fracionam o conhecimento dos elementos linguísticos, o que contribui para uma compreensão global da língua a partir da reflexão sobre onde, quando e como os sinais de pontuação podem aparecer e qual o impacto deles na construção textual.

2.3 A PONTUAÇÃO NA DELIMITAÇÃO DO PERÍODO E AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO EM TRABALHOS CIENTÍFICOS

Para além de considerações gramaticais normativas e descritivas/ reflexivas acerca dos fenômenos linguísticos discutidos neste trabalho, pensamos ser oportuno utilizarmos este espaço para trazermos algumas reflexões propiciadas por pessoas que estudaram sobre o uso dos sinais de pontuação na delimitação do período e sobre as relações de predicação. Para isso, nos apoiamos, a priori, em Faraco (2008), para o qual

Estudar um conjunto de temas gramaticais (normalmente listados pelo índice das gramáticas e postos numa sequência desprovida de qualquer articulação funcional) pelo simples fato de estudá-los- prática corriqueira da escola- não tem a menor razão de ser. (Faraco, 2008, p. 161)

Ou seja, para Faraco (2008) o estudo gramatical só se justifica se acontece de forma articulada ao uso da língua em situações reais de comunicação. Concordamos com essa perspectiva, posto que, como docentes de Língua Portuguesa da educação básica, inúmeras vezes nos deparamos com situações de questionamento por parte dos alunos acerca da ficcionalidade com que as ocorrências linguísticas aparecem nos materiais didáticos, por exemplo.

Nessa perspectiva, Prestes (2020, p. 4) questiona o fracionamento do ensino de pontuação nas escolas,

É como se a pontuação tivesse uma certa autonomia, sem depender, por exemplo, da sintaxe (difícilmente o emprego- ou não- de um sinal como a vírgula, para exemplificar, é ensinado paulatinamente, conforme forem sendo trabalhadas as funções sintáticas) ou de outras questões relacionadas à textualidade e à discursividade.

A autora continua seu questionamento, ao afirmar que geralmente as regras de uso dos sinais de pontuação são apresentadas com frases isoladas, descontextualizadas, ou com atividades de preenchimento de lacunas em um texto que, nem ao menos, modifica as iniciais maiúsculas e minúsculas das palavras, o que não leva os estudantes à reflexão.

Consideramos pertinente tal colocação, porque, ao analisarmos, em nosso cotidiano, produções textuais de alunos da educação básica, nos deparamos com algumas situações conhecidas como truncamento e justaposição, as quais fazem referência exatamente à deficiência no uso dos sinais de pontuação no texto, posto que, o primeiro é percebido quando há a utilização de ponto-final indevidamente dentro de um período e

o segundo quando há a colocação de vírgula no final de sentença que deveria ser encerrada com o uso do ponto.

Pode haver ainda a presença de um ponto final separando duas orações que deveriam constituir um mesmo período (truncamento) ou uma vírgula no lugar de um ponto final que deveria indicar o fim da frase (justaposição), o que interfere na qualidade da estrutura sintática. (INEP, 2019, p. 13)

Outra reflexão que consideramos pertinente ressaltar foi trazida por Castilho (1994) acerca da predicação. Segundo esse autor, existem duas relações sintáticas elementares: a predicação e a complementação: “...a predicação, que é marcada pela relação de concordância, e a complementação, que é a relação não marcada pela concordância...” (Castilho, 1994, p. 80). A partir dessa consideração, esse pesquisador afirma que a existência e a diferença dessas duas relações geralmente recebem negação por parte dos gramáticos normativos. Para ele: “a predicação, portanto, pode ser definida como a relação entre o predador e seu sujeito, ao passo que a complementação é a relação entre o predador e seus argumentos internos” (Castilho, 1994, p. 80). Castilho (1994) ainda reforça que seus apontamentos possuem base funcionalista e se sustentam por razões semânticas.

Nessa perspectiva, esse teórico afirma ainda que a predicação é um processo que envolve semântica, sintaxe e discurso. Ele fundamenta essa ideia, a partir de diversas colocações, entre as quais trazemos algumas para este artigo:

Sobre a relação entre predicação e semântica, encontramos que “a predicação é um processo gerador de significados não contidos no sentido dos itens lexicais envolvidos, e depende crucialmente da relação entre um item predador e um item sujeito” (Castilho, 1994, p. 81).

Por sua vez, quando a relação entre sintaxe e predicação é abordada, vemos que “quando o predador toma por sujeito um item referencial (como em casa BONITA), temos uma predicação de primeira ordem. Quando o sujeito é outro predador (como em casa MUITO bonita), temos uma predicação de segunda ordem” (Castilho, 1994, p. 84).

Já a relação entre predicação e discurso pode ser encontrada em: “há situações em que o predador toma por sujeito não um termo codificado no enunciado, e sim um dos participantes do discurso. Nesses casos, direi que a predicação afetou o sistema discursivo da língua” (Castilho, 1994, p. 84).

Se compararmos o posicionamento de Castilho (1994) ao de Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009), veremos que, ao passo que estes consideram a predicação um fenômeno significativo e, portanto, mais voltado ao campo semântico, Castilho (1994) analisa esse mesmo fenômeno sob as perspectivas semânticas, sintáticas e discursivas, numa visão mais abrangente inclusive que a observada em Perini (2005), o qual nos mostrou a predicação sob as óticas semânticas e sintáticas.

2.4 A PONTUAÇÃO NA DELIMITAÇÃO DO PERÍODO E AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO NA BNCC E EM MATERIAL DIDÁTICO

Como professoras de Língua Portuguesa das séries finais do ensino fundamental, acreditamos que nosso trabalho deve ser amparado por suportes teóricos que promovam a reflexão acerca dos fenômenos linguísticos e por documentos normativos, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018). Sendo assim, dedicamos esta parte de nosso trabalho a uma reflexão sobre como nosso tema é contemplado na base e, a partir dela, colocado em material didático distribuído a alunos e professores de todo o Brasil.

Na BNCC, quando pesquisamos sobre os aspectos relacionados à pontuação para o encerramento de período e as relações de predicação nas habilidades a serem desenvolvidas especificamente com o 7º ano⁶, encontramos três ocorrências: (EF07LP05) “identificar, em orações de textos lidos ou de produção própria, verbos de predicação completa e incompleta: intransitivos e transitivos” (Brasil, 2018, p. 171); (EF07LP10) “utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: modos e tempos verbais, concordância nominal e verbal, pontuação etc” (Brasil, 2018, p. 173) e (EF07LP11) “identificar, em textos lidos ou de produção própria, períodos compostos nos quais duas orações são conectadas por vírgula, ou por conjunções que expressem soma de sentido (conjunção “e”) ou oposição de sentidos (conjunções “mas”, “porém”)” (Brasil, 2018, p. 173).

⁶ Optamos por delimitar nossa pesquisa na BNCC (Brasil, 2018) ao 7º ano por ser uma série na qual ambas autoras atuam. Ressaltamos que há outras habilidades nesse documento que contemplam o trabalho com o nosso tema, contudo, são habilidades que estão previstas para serem desenvolvidas ao longo das séries finais e, por uma questão de delimitação teórica, optamos por discorrer apenas acerca das habilidades específicas do 7º ano.

Percebemos que nas três habilidades mencionadas anteriormente está previsto o trabalho com a predicação, por meio dos chamados verbos transitivos e intransitivos, com a pontuação, ao longo da produção de texto e com o período a partir de atividades de análise textual. Diante disso, apresentaremos a seguir como foi sugerido o trabalho com essas habilidades no livro didático (LD) *Tecendo Linguagens*, o qual foi produzido por Tania Amaral Oliveira e Lucy Aparecida Melo Araújo, é distribuído pela Editora IBEP e está na 5ª edição, a qual foi publicada em 2018. Esse livro foi aprovado pelo PNLD 2020 e está presente no cotidiano escolar de quase 800 mil estudantes, segundo dados sobre distribuição de LD disponíveis no site do PNLD⁷.

Em *Tecendo Linguagens*, encontramos no primeiro capítulo, na parte intitulada “Reflexão sobre o uso da língua” uma apresentação de conteúdo sobre os elementos sujeito e predicado. Para isso, as autoras principiam a esse tópico trazendo noções acerca do que consideram frase, oração e período⁸. Vejamos:

Quando uma frase é formada por uma ou mais orações, é chamada **período**.

Damos o nome de **período simples** ao período formado por uma única oração, ou seja, por um único verbo ou locução verbal. Veja o exemplo: Como **vai** você, vovô?

Ao período formado por duas ou mais orações, ou seja, por dois ou mais verbos ou locuções verbais, damos o nome de **período composto**. Veja o exemplo:

É segredo o que **vou contar**, por isso, o assunto **exige** aquele código secreto.

Um período é finalizado com ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação e, às vezes, reticências. (Oliveira; Araújo, 2018, p. 47)

Em seguida, são apresentadas as seguintes questões: “a) Os períodos apresentados na atividade 1 têm uma ou mais orações? b) Como podemos classificar os períodos daquela atividade?” (Oliveira; Araújo, 2018, p. 48)

Percebemos nos conceitos apresentados que a noção de período simples e composto utilizada por Oliveira e Araújo (2018) é muito próxima daquela apresentada por Cunha e Cintra (2001), ou seja, foi colocada nesse livro uma visão normativa da

⁷ Os dados completos sobre a distribuição de livros do PNLD 2020 podem ser consultados em <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. As autoras deste trabalho realizaram esse levantamento com base na planilha disponibilizada no item “Valores de aquisição anos finais do ensino fundamental”.

⁸ Novamente destacamos que apresentamos aqui apenas os conceitos relacionados à temática deste artigo.

gramática, sem vias à reflexão. Além disso, vemos que, embora essas autoras tenham tentado mostrar esse conteúdo numa percepção textual, pois os exemplos usados foram extraídos de um texto do gênero discursivo carta pessoal apresentado no início do capítulo em questão, a tentativa foi falha, visto que tanto a teoria quanto os exercícios sugeridos não promovem a reflexão dos estudantes sobre o que é um período.

Ressaltamos ainda que o trabalho com os sinais de pontuação está implícito nesse conteúdo, pois, ao apresentar o conceito de período, as autoras comentam sobre sua delimitação a partir do uso de alguns sinais de pontuação.

Acerca da predicação, encontramos considerações sobre isso no terceiro capítulo, também na parte “Reflexão sobre o uso da língua”. Dessa vez, as autoras tinham como tema os verbos transitivos e intransitivos.

Os verbos que constituem o predicado verbal podem ser **transitivos** e **intransitivos**.

Se os verbos precisarem de uma palavra, expressão ou outra oração para complementar seu sentido, são considerados **transitivos**. Observe:

Cássio completa 350 jogos.

↓ ↓ ↓
sujeito verbo transitivo expressão que complementa o verbo (o sujeito completa algo)

Se os verbos não precisarem de palavra, expressão ou outra oração para complementar seu sentido, são considerados **intransitivos**. Observe:

(...) os jogadores de Corinthians e Palmeiras vão entrando (entram) no gramado da Arena.

↓ ↓
Sujeito verbo intransitivo (não precisa de complemento)
(Oliveira; Araújo, 2018, p. 109)

Na sequência, as autoras trazem o seguinte exercício: “Depois de ler e compreender os conceitos de verbos transitivo e intransitivo, transcreva os verbos destacados nos trechos aplicados às atividades 1 e 2 e classifique-os de acordo com o contexto em que se inserem.” (Oliveira; Araújo, 2018, p. 109). Podemos afirmar que, novamente, Oliveira e Araújo (2018) nos apresentam teoria e prática bastante próximas do trabalho feito por gramáticos normativos, o que, mais uma vez ressaltamos, não configura uma prática reflexiva para conhecimento de fenômenos gramaticais. Além disso, a concepção de transitividade vista em Tecendo Linguagens é apenas semântica e, conforme dissemos, segundo Castilho (2001), a predicação é uma ocorrência relacionada ao sentido, mas também possui ordem sintática e discursiva, aspectos esses que não são contemplados nesse LD.

Esse quadro corrobora o que foi dito por Faraco (2008, p. 150)

O problema central do ensino não é se devemos ou não ensinar a norma culta/ comum/ standard; se devemos ou não ensinar gramática. E sim, como nos livrar do normativismo (da norma culta) e da gramatiquice para podermos oferecer aos nossos alunos condições para que se familiarizem com as práticas sociais de linguagem, orais e/ou escritas, relevantes para sua efetiva inserção sociocultural.

Ou seja, na perspectiva de Faraco (2008), o ensino deve estar para além da gramática normativa, num viés reflexivo, que permita ao estudante compreender os fenômenos linguísticos em seu contexto de ocorrência, na vida real. Para isso, sugerimos a seguir algumas atividades que poderão ser trabalhadas pelo professor em sala de aula, visando a desenvolver o conhecimento reflexivo em seus estudantes acerca da pontuação na delimitação do período e das relações de predicação.

2.5 ALGUMAS SUGESTÕES PARA TRABALHAR PONTUAÇÃO NA DELIMITAÇÃO DO PERÍODO E AS RELAÇÕES DE PONTUAÇÃO.

PROPOSTA DIDÁTICA – ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA- 7º ano do Ensino Fundamental

I- CONTEÚDO: Pontuação e gramática: delimitação do período e predicação.

II- OBJETIVOS:

- Refletir sobre a pontuação na própria língua;
- Utilizar sinais de pontuação adequadamente para a delimitação do período e da predicação;
- Ler e compreender o gênero discursivo piada;
- Desenvolver a capacidade de se familiarizar com textos de prática social oral e escrita em língua portuguesa.

III- TEMPO ESTIMADO: 7 h/a.

IV- RECURSOS PEDAGÓGICOS: cópias dos textos, caneta, lápis.

Opcional: Datashow ou outro suporte digital para exibir os textos.

V- AÇÕES:

Atividade 1- Gênero discursivo piada

Para contextualizar as práticas sociais relativas ao gênero piada, disponha os estudantes em círculo e peça para que cada um conte uma piada que já conhece para a

turma. Traga à discussão as questões abaixo, que também poderão ser registradas no caderno:

- a) A piada é um gênero textual com função social de divertir. Você acredita que ela possa ser contada em qualquer situação/ambiente? Justifique a sua resposta.
- b) Você considera importante ter cuidado ao contar piadas para não ofender as outras pessoas? A sociedade tem essa preocupação?
- c) Uma piada pode trazer aprendizagem? De que forma?
- d) Vocês perceberam que há diferenças nas piadas dos colegas, cujos temas são variados? Na sua opinião, quais temas não podem ser veiculados através das piadas? Justifique.

Após esse momento, o professor deverá pedir aos estudantes que registrem, no caderno, as três piadas que se seguem, acrescentando a elas os sinais de pontuação que consideram adequados. Em seguida, solicite que eles leiam oralmente para a turma as piadas que pontuaram, respeitando os sinais de pontuação utilizados. Na sequência, faça a leitura oral de cada anedota para seus alunos e oriente a correção. (Obs.: foram alteradas letras maiúsculas e minúsculas em alguns trechos, para não induzir os alunos a mera colocação de ponto final.)

PIADA I

*A dona de casa falando com o açougueiro
— Quanto está o quilo da carne de segunda
— Quatro e oitenta e cinco
— Credo que roubo o senhor não tem coração
— Tenho sim dona tá quatro e cinquenta*

PIADA II

O médico pergunta ao louco diga-me às vezes o senhor ouve uma voz sem saber de quem é e nem de onde vem Sim senhor justamente o que eu julgava e quando acontece isso quando atendo o telefone

PIADA III

Um sujeito telefonava para o consultório médico quero marcar uma consulta para amanhã sinto muito senhor só temos vagas para daqui a quinze dias mas até lá eu posso estar morto neste caso mande alguém ligar e desmarcar a consulta.

Atividade 2- Resolvendo algumas questões de redação:

Professor, para a realização dessa atividade seria interessante a utilização de um projetor para a exposição visual das redações, mas você poderá também reproduzir os textos que possuem problemas de truncamento e justaposição.

Ao ler as produções, você deverá apresentar algumas ocorrências quanto à estrutura sintática e pontuação que comprometem a clareza do texto, relacionadas aos períodos “truncados” e “justapostos” de palavras. Veja a definição abaixo, de acordo com material disponível no site do ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio⁹ - Competência I: Domínio da norma culta da Língua Portuguesa:

A justaposição de palavras, que é recorrente, acontece quando orações que deveriam ser independentes formam um único período, por exemplo, quando se usam vírgulas no lugar do ponto final.

A leitura truncada ou truncamento aparece em textos que apresentam deficiência na estrutura sintática pela necessidade de interromper várias vezes a leitura e retomá-la de certo ponto anterior, porque as ideias começam a não fazer sentido. Geralmente, isso ocorre pela ausência ou uso inadequado da pontuação nas orações, principalmente, pelo uso excessivo de ponto final.

→ Reproduza redações com problemas de truncamento ou justaposição (conforme os exemplos abaixo) e disponibilize uma para cada estudante. Eles deverão reescrever o texto, fazendo alterações necessárias.

REDAÇÃO I:**Produção de Texto**

Título: AS RUAS DE UM BAIRRO DESPRESADO

No dia 04\03\20 em São paulo Capital, Mãe e filho foram no mercado e passaram por um bairro de situação Critica, ficaram indguinados Com a situação e desidirão que quando Chegasem do mercado iriam escrever uma Carta ao prefeito dizendo a situação, ruas cheias de Buracos, chão sem asfalto, e o esgoto trasendo mal Cheiro. Pedindo para que o problema seja solucionado.

REDAÇÃO II

⁹ Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_1.pdf
Acesso em 21 nov.2021.

Produção de Texto

Título: Desigualdade Social na Umanidade.
Desigualdade, Relações Sociais no Brasil e no Mundo.

Em Recife no estado do Pernambucano Janaína e seu filho Lucas, moram em um lugar muito desleixado, Há muito tempo por todos da cidade. Ninguém vai lá para limpar as ruas, asfatar ,ver as canalizações e outras coisas, isso ocorre porque o prefeito não está nem aí para as pessoas mais pobres.

Janaína conta que há mais de 5 anos isso ocorre, e quanto mais tempo passa, mais piora. Já falaram com o prefeito, ele diz que vão resolver mas nunca resolvem.

Janaína fala que se dependesse dos moradores isso não estaria daquela forma. Eles acham que nós moramos aqui porque nós queremos, e não é isso, moramos aqui por termos condições de morar em um lugar melhor, e não é por isso que eles podem deixar aqui nesse estado. Diz Janaína chorando . Merecemos um lugar melhor, um lugar digno, como toda a cidade. Se importem mais com nós senhores vereadores e prefeitos. Diz Janaína.

Atividade 3- Compreendendo a predicação em letra de música

Professor, nesta atividade, sugerimos o trabalho com a música “Meu erro” do grupo Paralamas do Sucesso. Para isso, você deverá levar a letra da música impressa e poderá levar uma caixa de som para a sala de aula e colocá-la para tocar enquanto os estudantes acompanham a letra no papel. Em seguida, serão realizados os exercícios dispostos após o texto musical.

Meu Erro (Os Paralamas do Sucesso)

Eu quis dizer
Você não quis escutar
Agora não peça
Não me faça promessas
Eu não quero te ver
Nem quero acreditar
Que vai ser diferente
Que tudo mudou

Você diz não saber
O que houve de errado
E o meu erro foi crer
Que estar ao seu lado bastaria
Ah, meu Deus
Era tudo o que eu queria
Eu dizia o seu nome
Não me abandone

Mesmo querendo
Eu não vou me enganar
Eu conheço os seus passos
Eu vejo os seus erros
Não há nada de novo
Ainda somos iguais
Então, não me chame
Não olhe pra trás

Você diz não saber
O que houve de errado
E o meu erro foi crer
Que estar ao seu lado bastaria
Ah, meu Deus
Era tudo o que eu queria
Eu dizia o seu nome
Não me abandone jamais

Mesmo querendo
Eu não vou me enganar
Eu conheço os seus passos
Eu vejo os seus erros
Não há nada de novo
Ainda somos iguais
Então, não me chame
Não olhe pra trás

Você diz não saber
O que houve de errado
E o meu erro foi crer
Que estar ao seu lado bastaria
Ah, meu Deus
Era tudo o que eu queria
Eu dizia o seu nome
Não me abandone jamais

Não me abandone jamais
Não me abandone jamais
Não me abandone jamais

Fonte: <https://www.letras.mus.br/os-paralamas-do-sucesso/30123/> . Acesso em 29 nov. 2021.

a) A letra de música apresentada tem o nome “Meu erro”. Releia o texto musical, reflita e teça hipóteses: provavelmente, por qual motivo o texto lido chama-se “Meu erro”?

b) A letra de música apresenta uma espécie de desabafo do eu-lírico a uma pessoa chamada de “você”. A quem você acredita que esse desabafo é direcionado?

c) Considere o seguinte trecho da música:

“Eu quis [REDACTED]
Você não quis [REDACTED]
Agora não peça
Não me faça [REDACTED]
Eu não quero [REDACTED]
Nem quero [REDACTED]
Que vai ser diferente
Que tudo mudou”

Ao ler o trecho anterior da forma apresentada (com supressão de algumas palavras e/ou expressões), você consegue entender o sentido dessa estrofe? Justifique sua resposta, comparando o trecho acima e a primeira estrofe da letra da música original.

d) Reescreva o trecho apresentado na questão anterior, completando os espaços suprimidos com palavras e/ou expressões que você considera pertinentes ao contexto da música apresentada.

e) O que podemos dizer sobre os verbos grifados no trecho apresentado na questão c?

f) Considere o verso transcrito a seguir:

“Não me abandone [REDACTED]”

Você consegue compreender o sentido do verso acima, mesmo que um de seus termos esteja suprimido? Justifique.

g) Qual consideração podemos fazer acerca do verbo grifado no verso apresentado na questão anterior?

→ Professor, ao final desses exercícios, sugerimos que você comente sobre a predicação dos verbos apresentados nos trechos destacados na letra da música e leve os alunos a refletir sobre o uso de complementos verbais para fins sintáticos, semânticos e discursivos.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010), quando pesquisamos estamos construindo conhecimento científico importante para um grupo de pessoas. Dessa forma, nosso trabalho pauta-se por uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Para tanto, fizemos uma revisão em gramáticas, artigos e livros que versam sobre nosso tema e nos ajudam a fundamentar nosso artigo.

Sobre nosso tipo de pesquisa, encontramos que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

A partir da revisão bibliográfica, procedemos, então, com a análise de como os sinais de pontuação na delimitação do período e as relações de predicação foram apresentados por diferentes autores. Essa apreciação nos ajudou a elaborar nossa sugestão didática, a qual é pautada pelo conhecimento reflexivo de fenômenos gramaticais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que, não raras vezes, os alunos da educação básica encerram esse nível de ensino sem conseguir, ao menos, utilizar a Língua Portuguesa da forma esperada para se realizar a comunicação em diversas esferas sociais. Acreditamos que isso se deve, ao menos em parte, ao ensino da gramática, o qual, em diversas situações, é recebido como um fardo pelos estudantes, que não conseguem produzir conhecimento de forma reflexiva, já que, como disse Faraco (2008): “Desde os primeiros dias de escola, somos aterrorizados por uma lista de termos e conceitos que mal compreendemos e por um conjunto de regras de correção que nos são apresentadas como intocáveis fenômenos da língua” (Faraco, 2008, p. 131). Assim, consideramos de fundamental importância que o professor ofereça aos estudantes possibilidades de construir o conhecimento linguístico para além das regras impostas na gramática normativa.

Nosso posicionamento advém do fato de acreditarmos na possibilidade de se ensinar os fenômenos gramaticais por meio de práticas docentes que atrelem o desenvolvimento de competências comunicativas ao cotidiano dos nossos alunos, usuários reais da língua. Para ratificar essa ideia sobre a aprendizagem da gramática, apresentamos neste trabalho importantes contribuições teóricas que não se anulam, ao contrário, se completam. Dessa forma, esperamos que as reflexões aqui trazidas contribuam para que os professores compreendam e ensinem a língua como fenômeno social, a fim de que o ensino da gramática seja, antes de tudo, um trabalho de reflexão, não de memorização.

Portanto, esperamos que a gramática normativa não seja “demonizada”, mas considerada como um ponto de partida para os questionamentos necessários para o bom entendimento dos fenômenos linguísticos existentes nas diversas situações de uso da língua, os quais devem pautar o ensino na educação básica.

REFERÊNCIAS:

- BARBOSA, A. G. Saberes gramaticais na escola. In: Vieira, S. R. & Brandão, S. F. (Orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011 [2007]. p. 31-54.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2018.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Um ponto de vista funcional sobre a predicação**. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 38, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3957>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DESCICLOPÉDIA- Vírgula. <http://www.pesquisa.la/wiki/V%C3%ADrgula>. Acesso em 27 nov. 2021.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira – desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Metodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil, 2009. UAB/UFRGS. 2009
- KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos de português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- OLIVEIRA, Tania Amaral; ARAÚJO, Lucy Aparecida Melo. **Tecendo Linguagens: língua portuguesa**. 5. ed. Barueri: Ibep, 2018.
- PERINI, Mário A.. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- PRESTES, MARIA LUCI DE MESQUITA. 2021, Pelotas. **O ensino de pontuação em uma perspectiva textual-discursiva**. Pelotas: Senale Ppgl, 2021. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/SENALE_IV/IV_SENALE/Maria_Luci_Prestes.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.